



**MÁFRICAS: CULTURA AFRO BRASILEIRA NO CURRÍCULO DO COLÉGIO DA
POLÍCIA MILITAR DA BAHIA**

Rêmulo Veloso dos Santos¹
Telma Bulhões dos Santos²
Adelson Silva da Costa³

A história positivista, a partir de fins do século XIX, não tratava de temáticas relacionadas à negritude, em função de seu exclusivo interesse pela história política e pelo domínio do espaço público e não privado. Privilegiavam-se as fontes administrativas, diplomáticas e militares, nas quais os negros e as classes pobres pouco eram mencionadas e quando apareciam estavam relacionadas ao “mundo do governo” e das representações políticas.

Posteriormente, em fins do século XIX e início do século XX, as idéias filosóficas, econômicas, políticas e sociais elaboradas inicialmente por Karl Marx e Friedrich Engels e desenvolvidas mais tarde por outros seguidores, atendeu aos anseios de outros sujeitos históricos, no entanto de forma abrangente, pois considerava que o problema da relação de classe, se resolvido, envolveria os demais problemas específicos.

A Escola dos Annales, a partir de 1929, por sua vez, busca contestar a historiografia até então construída, preferindo voltar-se para a história de outros sujeitos e para a trama do cotidiano deles, ao invés de continuar a fazer esse tipo de história convencional, que nem correspondia aos anseios de uma humanidade que vivia nessas décadas, momentos de convulsões e rupturas com o passado, nem conseguia responder satisfatoriamente às exigências do novo homem que daí surgia. Nesse cenário, ganha destaque os estudos da História Social e Cultural que buscam romper a invisibilidade dos grupos subalternos nas discussões historiográficas, aumentando a preocupação com as identidades coletivas de uma ampla variedade de grupos sociais: os operários, camponeses, escravos, enfim as pessoas comuns. Pluralizam-se os objetos da investigação histórica e, nesse bojo, negros e negras são alçadas à condição de objeto e sujeito da história. Com o objetivo de ampliar tais estudos,

1 Graduado em Bacharel em Segurança Pública pela Universidade do Estado da Bahia. Graduando em História pela Universidade do Estado da Bahia. Colégio da Polícia Militar. Endereço eletrônico: remuloveloso@yahoo.com.br

2 Graduada em Enfermagem pela Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula. Atua em USF como técnica em enfermagem. Colégio da Polícia Militar. Endereço eletrônico: bulhões.telma@gmail.com

3 Mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação (GESTEC/UNEB) (2015-2017). Endereço eletrônico: adelsongeotec@hotmail.com



caminhamos para visibilização desses outros sujeitos históricos. O desenvolvimento de novos campos como a história das mentalidades reforça o avanço na abordagem sobre o negro no Brasil, dialogando com outras disciplinas – tais como a literatura, a linguística, a psicanálise e, principalmente, a antropologia - com o intuito de desvendar as diversas dimensões desse objeto. Nesse sentido, percebe-se que a história das negras e negros não é só deles, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da sua alimentação, da violência que sofreram e que praticaram, das suas loucuras, dos seus amores e sentimentos.

Apesar da movimentação dos estudiosos, a influência não ressoava fortemente dentro das unidades educacionais básicas e, após debates e muita luta, em 09 de janeiro de 2003 a Lei 10.639/03 foi sancionada e, posteriormente alterada pela Lei 11.645/08, onde torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas, públicas e particulares, do ensino fundamental até o ensino médio.

O sistema de escravidão marcou de maneira significativa o Brasil, consolidando-se como uma experiência de longa duração que marcou diversos aspectos da cultura, identidade, economia e religião da sociedade brasileira. Mais que relação de trabalho, a experiência da mão-de-obra escrava africana fixou um conjunto de valores da sociedade brasileira em relação ao trabalho, às instituições e na construção de identidades.

Diante do exposto interessa-nos investigar em que medidas tais medidas legais ressoaram no ambiente educacional de colégios militares de Salvador, regidos pelos pilares da hierarquia e disciplina militar e tidos, pela sociedade como rígidos e tradicionais. Instiga-nos pesquisar como os estudantes daqueles estabelecimentos se autodeclararam com relação as suas identidades étnicas. Buscamos avaliar quais táticas e estratégias⁴ são utilizadas pelos sujeitos daquele ambiente para construir suas identidades afro-brasileiras. E por fim analisar resultados dos dois projetos MÁFRICAS, realizados na Unidade do CPM Luiz Tarquínio que é reconhecido pela comunidade escolar como boas práticas.

Entendendo que as políticas educacionais e o sistema de ensino no Brasil devem ser caracterizados pela pluralidade cultural e multiplicidade racial, consideramos que a discussão sobre identidade se faz necessário para os estudantes do Ensino Médio e do Fundamental II de instituições públicas, em sua maioria afrodescendentes, ter contato com outras possibilidades de construção de “identidades” e cidadania para a sua afirmação identitária no âmbito escolar e, posteriormente, fora dele.

4 O filósofo francês Michel de Certeau em sua obra “*A Invenção do Cotidiano*” (2014) faz uma análise do cotidiano das pessoas na sociedade industrial pós-moderna na França e nos convida a “mergulhar” no que ele denominou “submundo”, neste lugar do “invisível”, onde a luta de classes se dão por embates de *estratégias* e *táticas*, esta última propiciada por astúcias desenvolvidas pelos oprimidos do poder.



METODOLOGIA

Adotamos para este trabalho teórico ao dialogarmos sobre táticas, estratégias, ou identidades, quanto empírico quando através de pesquisas e entrevistas buscamos destacar a consistência do Projeto Máfricas. Os resultados positivos vão além da percepção deste pesquisador, pois ainda colho fontes para catalogar o quanto ajudou os estudantes na construção de suas identidades. Os trabalhos apresentados poderão ser tanto teóricos quanto empíricos e podem ser também relatos de experiências.

Abre-se um parêntese para tornar evidente que nossa pesquisa é constituída de sujeitos e o termo objeto não cabe aqui, pois compreendemos este estudo como uma construção coletiva-solidária entre os envolvidos, pois este trabalho possui participação dos estudantes do CPM Luiz Tarquínio que como pesquisadores juniores contribuem com este trabalho.

[...]A relação tradicional de sujeito-objeto entre investigador-educador e os grupos populares deve ser progressivamente convertida em uma relação do tipo sujeito-sujeito, a partir do suposto de que todas as pessoas e todas as culturas são fontes originais de saber, e que é da interação entre os diferentes conhecimentos que uma forma partilhável de compreensão da realidade social pode ser construída através do exercício da pesquisa[...] (BRANDÃO, 2006, p. 42).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A discussão de alguns aspectos aqui levantados necessita do domínio de determinados conceitos, a exemplo dos conceitos de raça, cultura e identidade. São termos que além de aparecerem, frequentemente, em artigos de jornais e revistas, permeiam conversas no cotidiano das ruas e dos espaços sociais. Seu uso, em sua maioria, refere-se a algum tipo de afirmação ou construção de “identificações”, logo acreditamos que esses termos precisam ser melhor debatidos levando em consideração o contexto em que foram construídos e as suas implicações políticas. Discutir como estabelecemos hoje o conceito de raça e etnia trará implicações para a aceitação do outro e a autoaceitação. Sendo



assim no dia-a-dia escolar percebemos a mudança de comportamento dos estudantes, evitando “bricadeiras” e iniciando a cultura da paz, bem como a afirmação do discurso de empoderamento após ações desenvolvidas pelos projetos voltados para a temática.

No que se refere a “identidade étnica”, entenderemos identidade não como um conjunto de caracteres próprios e exclusivos com os quais se podem diferenciar pessoas, animais, plantas e objetos inanimados uns dos outros; mas, sim, em uma percepção individual ou coletiva da identidade, onde a cultura exerce um papel primordial para delimitar as diversas personalidades, os padrões de conduta e ainda as características próprias de cada grupo humano, assim vislumbramos identidade como um “fenômeno relacional” e “processual”, como conceitua Roberto Cardozo de Oliveira (1976).

De acordo com Hall (1998) uma identidade cultural enfatiza aspectos relacionados a nossa cultura, que envolvem aspectos étnicos, raciais, linguísticos, religiosos, regionais e/ou nacionais. Logo, faz-se necessário refletir acerca destes temas, e suas continuidades e descontinuidades ao longo da Diáspora Africana.

Outro tema de merecido destaque é o corpo. Símbolo explorado nas relações de poder e de dominação para classificar e hierarquizar grupos diferentes. Hoje há uma busca pela valorização da ancestralidade africana na tentativa de recuperar valores, referências artísticas, culturais e estéticas. A África aparece como um mito e traz ao negro brasileiro a possibilidade de ser visto como um ser humano que tem uma história e uma estética própria. O corpo negro foi estigmatizado no período da escravidão e esses estigmas até hoje se fazem presentes, o que causa uma maior dificuldade desses sujeitos se aceitarem na condição de negros. Dessa forma, “moldar” a aparência foi uma saída encontrada para aceitar o próprio corpo e ser aceito na sociedade. As impressões sobre o ser negro, os sentidos dados ao corpo são dimensões simbólicas que também se fazem presentes e exprimem a forma como homens e mulheres negras pensam e tematizam o próprio corpo, refletindo diretamente na valorização de sua identidade. Para Ponty (2009, p.120),

[...]No Brasil, o padrão estético hegemônico de beleza era a do branco, que foi construído num processo histórico e político de dominação. O consumo, essas ideologias e as idéias globais dominantes impediram a afirmação das identidades de diversos grupos étnicos e sociais brasileiros, como o negro e o índio. Sendo assim, os negros se achavam esteticamente inferiores, enquanto os brancos aceitavam a idéia de serem o ideal de beleza.

Por isso, a construção da beleza e das identidades negras se dá com a articulação entre semelhantes e diferentes. É construída e reconstruída com base em escolhas.



O negro sempre tentou camuflar as suas características físicas como o cabelo crespo, os traços mais grossos, sua cor, etc. Por isso, o corpo negro carregado de símbolos e os sentidos de manipulação de suas diferentes partes levam a compreender as identidades negras em nossa sociedade. Em uma escola militarizada, onde o uniforme é característica marcante da identidade institucional, diálogos sobre o corpo se fazem pertinentes para os estudantes em processo de construção identitária.

CONCLUSÃO

Neste estudo podemos in-concluir, pois este trabalho não finda com esta pesquisa, entendemos que as políticas educacionais e o sistema de ensino no Brasil devem ser caracterizados pela pluralidade cultural e multiplicidade racial, consideramos que a discussão sobre identidade se faz necessário para os estudantes do ensino médio de instituições públicas, onde há um número considerável de afro descendentes, como é o caso do CPM Luiz Tarquínio, ter contato com outras possibilidades de construção de “identidades” e cidadania para a sua afirmação identitária no âmbito escolar e, posteriormente, fora dele. Um ambiente escolar que não se caracterize pela pluralidade ética e cultural, faz com que os estudantes segundo Marco Aurélio (1989), tomem o seguinte posicionamento: “para manter, então, a sua integridade psicossocial, a criança, sentindo-se rejeitada, evade-se e prefere perder algumas possibilidades de mobilidade social individual, a submeter-se a padrões culturais exógenos ao seu próprio contexto”.

Palavras-chave: Afrobrasileiro(a). Cultura. Educação. Identidade. Militarismo

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, I. P. **Educação geográfica e geotecnologias:** construindo estratégias à compreensão do lugar no ensino fundamental / Inaiá Brandão Pereira, Salvador, 2015.

BURKE, Peter. **A Revolução Francesa da historiografia:** a Escola dos Annales 1929-



1989 / Peter Burke; tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. (1976), **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo, Pioneira.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014.

HALL, S. **A questão da identidade cultural**. Textos didáticos. São Paulo, SP: IFHC/Unicamp, 1998.

HETKOWSKI, T. M. **A Rádio da Escola na Escola da Rádio**: Resgate e Difusão de Conhecimentos Sobre os Espaços da Cidade de Salvador - BA. Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia: Salvador - BA, 2011.

LUZ, Marco Aurélio (org.). **Identidade negra e educação**. Salvador. Ianamá. 1989.